

RESISTÊNCIAS CAMPONESAS AO AVANÇO DO AGRONEGÓCIO NO VALE DO AÇU.

Ana Joaquina Barbosa de Souza; Ingrid Jonária da Silva Santos; Zilfran Varela Fontenele

Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN, anna_cg11@hotmail.com; Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN, ingridjonaria@gmail.com; Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN, zilfran@hotmail.com.

Resumo

Este artigo resulta de um projeto de pesquisa voltado a analisar, compreender, registrar e dar voz aos camponeses e pequenos proprietários rurais da zona rural da cidade de Ipanguaçu-RN, que optaram por permanecer em suas terras, resistindo ao avanço do agronegócio na região, não cedendo a propostas de compra das grandes empresas, como a *Del Monte Fresh Produce*, decidindo por manter-se suas práticas de agricultura familiar, apesar da grande pressão do mercado, entre as décadas de 1990 e 2000. A metodologia adotou uma abordagem qualitativa; foi baseada em pesquisa bibliográfica de obras e autores que falam sobre a agricultura familiar, resistências camponesas e agronegócio; pesquisa de campo; e entrevistas semi-estruturadas com pequenos proprietários rurais da região. Entre os resultados, observamos que as propostas de compra de terras feitas pelas empresas ligadas ao agronegócio aos pequenos agricultores, em sua maioria, foram efetuadas de forma desrespeitosa, agressiva e autoritária. Observamos ainda a importância, para estes pequenos proprietários, da relação de afetividade homem-terra, bem como a falta de perspectivas profissionais pós-venda e o medo de se tornar subordinados a outras pessoas, depois de tanto lutar por sua independência, como fatores motivadores para a resistência destes camponeses. Com esse trabalho buscamos contribuir com a construção de uma história das resistências camponesas no Vale do Açu, dando voz a grupos normalmente marginalizados pelas iniciativas do poder público, bem como mostrar a força e a capacidade de resistência da agricultura familiar, em meio ao avanço do agronegócio na região.

Palavras-chave: Agricultura familiar, resistências camponesas, agronegócio.

Introdução

O surgimento das primeiras práticas agrícolas, há aproximadamente dez a doze mil anos, trouxe grandes transformações para a espécie humana. A prática da agricultura permitiu a sedentarização dos povos que a praticavam, bem como contribuiu para uma melhor alimentação e a melhoria da qualidade de vida em relação ao nomadismo coletor predominante no período, colaborando para um aumento da expectativa de vida e da população. A sedentarização permitiu a formação de aldeias comunitárias, onde as relações sociais e econômicas foram se tornando mais complexas com o passar do tempo, originando as primeiras sociedades civilizadas. Além disto, o desenvolvimento desta atividade econômica transformou a relação do homem com o espaço físico, sendo possível identificar a criação de laços entre o homem e a terra de onde tira o seu sustento e de seus entes queridos.

Durante a maior parte de sua existência, o homem retirou da natureza os produtos necessários a sua alimentação garantindo, assim, a sua reprodução biológica. A caça, a pesca e a coleta de frutos, raízes, cereais e etc., foram as principais atividades humanas até que a agricultura se consolidasse. A agricultura não surgiu como uma transformação brutal onde, como num passe de mágica, o homem, de caçador e coletor, virou agricultor. (...) A agricultura surgiu quando uma determinada sociedade reuniu uma série de condições, historicamente suficientes para tirar proveito das potencialidades de um meio natural determinado. (OLIVEIRA JR., 1989, p. 5-6)

A relação entre o homem e a terra sofreu várias modificações ao longo dos séculos nas diversas sociedades. Houve períodos da história das sociedades ocidentais em que a terra fora o centro de todas as atividades econômicas, sociais e culturais humanas, como é o caso do Feudalismo europeu na Idade Média ou da atividade canavieira no Nordeste brasileiro nos séculos XVI e XVII. Observemos que no sistema Capitalista, essa relação se tornou menos coadunada e mais pautada nos lucros.

Atualmente ainda existem (ou resistem) muitas pessoas que têm ao longo de toda a sua vida utilizado a terra para garantir seu sustento e da família, mantendo também um vínculo de afetividade com a terra, pois não a vêem apenas através de um viés econômico, mas como o lugar onde cresceram, mantiveram e mantêm relações sociais, especialmente com a família, onde enterraram seus entes queridos, onde encontram dignidade através do trabalho. Este é o caso dos agricultores familiares que construíram sua vida, suas relações sociais e culturais na terra que ocupam. De acordo com Rubinstein e Parmelee (1992), a experiência pessoal e a interação social são dimensões fundamentais que fazem a pessoa se sentir ligada a um espaço e que tornam um lugar como parte de sua identidade.

Apego ao lugar foi desenvolvido inicialmente na psicologia ambiental e é concebido como um vínculo afetivo ou ligação entre pessoas e lugares específicos (HIDALGO; HERNANDEZ, 2001). Hummon (1992) afirma ser o envolvimento emocional das pessoas com os lugares. Para Kyle et al (2004), Apego ao Lugar é entendido como o processo pelo qual os seres humanos formam laços emocionais com lugares. Em outras palavras, o sentido de ser fisicamente e de se sentir "no lugar" ou "em casa" pode ser considerado como um sinal que um indivíduo instituiu um laço emocional a um lugar. (SANTORO, 2014, p. 32)

No caso dos pequenos agricultores, a terra onde plantam é muitas vezes a terra em que nasceram ou na qual criaram seus filhos, construindo uma família que se constituía não só de pessoas, mas também do próprio lugar.

As relações de vizinhança e o sentimento de pertencimento ao lugar refletem o apego e a identidade ao lugar. A terra constitui-se o aspecto primordial da relação entre os indivíduos e o lugar, pois é o principal meio de trabalho e sobrevivência da família. (MOREIRA; HESPANHOL, 2007, p. 58)

Essa relação é econômica, pois é da terra que o agricultor tira o seu sustento, mas é também afetiva, pois foi nessa terra que este construiu a história da sua vida.

Na contramão desta realidade, observamos que as grandes empresas do agronegócio, muitas multinacionais, adotam um modelo de exploração de recursos naturais e matérias primas de forma alheia as consequências para a realidade em que se inserem. Para elas não existem fronteiras. Graças ao seu alto capital e acesso à tecnologias, o mundo é um espaço único para arrecadar lucros. Atualmente não só os produtos dessas empresas estão difundidos para todos os lugares do globo, como também suas fabricas e, no caso do agronegócio, suas plantações.

O agronegócio é visto como a cadeia produtiva que envolve desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários e pela sua transformação, até o seu consumo. Essa cadeia incorpora todos os serviços de apoio: pesquisa e assistência técnica, processamento, transporte, comercialização, crédito, exportação, serviços portuários, distribuidores (dealers), bolsas, industrialização e o consumidor final. O valor agregado do complexo agroindustrial passa, obrigatoriamente, por cinco mercados: o de suprimentos; o da produção propriamente dita; o do processamento; o de distribuição; e o do consumidor final. (GASQUES; REZENDE; VERDE; SALERNO; CONCEIÇÃO; CARVALHO, 2004, p. 08)

No Brasil, o agronegócio passou a ter maior relevância na cena econômica a partir da “Revolução Verde”, nos anos 1960/1970, e com a abertura econômica das décadas seguintes, abrindo espaço para empresas multinacionais.

As multinacionais do agronegócio são empresas que possuem matriz em um país e atuam em diversos outros, em sua maioria, países subdesenvolvidos. Tais empresas exploram o potencial destes países durante um certo período de tempo e depois vão em busca de novas fontes de matéria prima. Segundo Albano e Sá (2011) a atuação das empresas multinacionais no campo nos remete ao período colonial, onde por intermédio das metrópoles, as mesmas tinham a concessão de atuar em várias áreas coloniais pelo mundo afora.

Para essas empresas a terra é apenas mais uma fábrica de produtos a serem comercializados, nesse caso não existe uma relação de afetividade, o único fator que importa é o lucro.

Um dos principais motivos que trazia as multinacionais para o território nacional há 30 anos eram as possibilidades de redução de custo devido à existência de uma mão-de-obra barata. (...) Entretanto, por volta de 1998, influenciado por mudanças governamentais que ocorreram na década de 90, o mercado consumidor brasileiro começou a ganhar destaque (...) devido a fatores como mão-de-obra qualificada encontradas em algumas regiões (AMATUCCI; AVRICHIR, 2008), potencial do mercado local e benefícios governamentais. (VIEIRA; ROHDEN; GAVRONS, 2014, p. 67-68)

Foi dentro desta lógica que o Vale do Açu se inseriu na esfera de interesse de grandes empresas ligadas ao agronegócio, pois além de oferecer terras com alto potencial produtivo, foi

agraciada com políticas públicas de investimento em oferta de água e de incentivo à instalação de empresas deste perfil na região.

Este trabalho resulta de nossa pesquisa, realizada na região do Vale do Açu, que sofreu grandes mudanças com a implementação de medidas governamentais, como as integrantes do II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND (1975 -1979); o Projeto de Irrigação na Bacia Hidráulica Piranhas-Açu; e a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Esta última proporcionou benefícios para os grandes grupos empresariais, por meio das estruturas hídricas implantadas na região. Estes benefícios não se estenderam aos camponeses locais ou às populações transferidas das áreas inundadas, apesar de previsto no projeto inicial da barragem.

Além disso, houve uma inesperada desvalorização das terras, justificada especialmente pelas dificuldades de acesso a crédito a pequenos agricultores e a ausência de políticas públicas que os contemplassem. Assim, ficou mais fácil para as multinacionais adquirir terras a baixo custo e se instalar no local, usufruindo de todos os aspectos favoráveis que ali existiam, incluindo a mão de obra barata e ociosa.

Albano (2008) observou como resultado da situação acima colocada, uma redução na agricultura de subsistência na região após o início da construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves e mais ainda depois de sua inauguração, em 1983, que se intensificou com as aquisições de terras por grandes empresas rurais interessadas em produzir monoculturas especialmente para exportação.

Na década de 1990, em um período de maior inserção do Brasil em um cenário mundial de globalização econômica, a Multinacional de origem francesa *Del Monte Fresh Produce* iniciava a aquisição de terras na região, especialmente na área da cidade de Ipanguaçu. A chegada da empresa na região foi marcada por inovações organizacionais, empresariais e técnicas. Além disto, seu volumoso capital disponível para investimento facilitou a compra das terras pertencentes as antigas empresas do local, como da maioria dos pequenos proprietários ali existentes. Foram poucos os agricultores que resistiram às investidas das grandes empresas e decidiram manter-se em suas terras, apesar da grande pressão do mercado. É justamente para esses agricultores que esse trabalho se volta.

Esses agricultores, pequenos proprietários da região, se tornaram resistentes a partir do momento em que decidiram não vender suas terras a essas grandes empresas do agronegócio e assim arcar com as consequências dessa escolha. Mas porque esses agricultores decidiram não se desfazer de suas terras? Quais foram as consequências desta decisão? Estas perguntas motivaram nossa pesquisa e sobre as respostas apresentamos o conteúdo deste artigo.

Metodologia

O *locus* de nossa pesquisa foi a zona rural do município de Ipanguaçu, localizado no Vale do Açu, microrregião do estado do Rio Grande do Norte. Realizamos um levantamento dos pequenos agricultores resistentes ao avanço do agronegócio na região. Aqueles que possuem propriedades rurais em meio aos latifúndios e cujas terras que se tornaram alvo do interesse das grandes empresas que se instalaram na região, especialmente a *Del Monte Fresh Produce*, e se recusaram a vender suas terras.

Adotamos na pesquisa uma abordagem qualitativa, pois conforme Godoy (1995), esta trata do caráter subjetivo das experiências humanas desses agricultores, que os levou a perseverar diante de todas as adversidades, mantendo as práticas de uma agricultura familiar. Alguns exemplos destas adversidades são a concorrência de mercado com as multinacionais, a contaminação do solo e da água devido ao uso de agrotóxicos em larga escala pelas grandes empresas e a retirada da mata ciliar.

Para fundamentar nossa pesquisa, realizamos o levantamento bibliográfico dos autores que trabalham com os temas a ela relacionados, tais como agronegócio (GASQUES; REZENDE; VERDE; SALERNO; CONCEIÇÃO E CARVALHO, 2004); agricultura familiar e resistências camponesas (SABOURIN, 2009); e a relação de afetividade do homem com a terra (SANTORO 2014). Recorremos também a obras que abordam a história local e regional, tais como Silva (1992) e Albano (2008).

A pesquisa de campo foi dividida em duas partes. Em um primeiro momento, fizemos um levantamento, na zona rural do município de Ipanguaçu, dos resistentes da região. Em seguida, visitamos cada um dos pequenos proprietários identificados, quando realizamos entrevistas semiestruturadas e produzimos materiais audiovisuais e fotografias para utilizados para compor o acervo que produzimos sobre o tema e promover o registro da história desses resistentes.

Optamos pelo modelo de entrevistas semiestruturadas com o intuito de desenvolver uma categorização mais organizada dos dados coletados. Para Manzini (2004) a entrevista semiestruturada está focada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. A partir desse método entramos em contato direto com a realidade dos agricultores e buscamos compreender quais foram as motivações que os levaram a permanecer com suas terras e persistir na agricultura familiar, mesmo com a competição desleal das multinacionais.

Na entrevista utilizamos como base primordial os seguintes questionamentos aos resistentes: Houve e como foram as propostas de compra de suas terras pelas multinacionais? Por que optaram por não vender suas terras?

Observamos que principal, que adotou uma postura mais agressiva e também a mais recente empresa a fazer propostas de compra de terras aos pequenos agricultores da região foi a *Del Monte Fresh Produce*, que se instalou ali na década de 1990, ainda atuando no município atualmente, apesar de ter reduzido sua produção na região. Esse grupo de resistentes são os agricultores João de Deus da Fonseca (senhor Bebel), João Batista do Nascimento (senhor Cazuzinha), Romoaldo Alves de Oliveira, Francisco Chagas dos Santos e Jonas Cirilo de Oliveira.

Resultados e discussão

Desde o início de sua história, o Brasil se construiu como um país de grandes latifúndios, sendo, a agricultura brasileira, comandada por grandes proprietários rurais. Assim, somente o fato de ser um pequeno agricultor nesse país dominado pelos interesses das grandes plantações já se constitui como uma resistência a um sistema difundido desde os primórdios do país. Dessa forma os resistentes do Vale do Açu são exemplos da resistência desse campesinato brasileiro, que agora, deve lidar não somente com os latifundiários brasileiros, como também com as grandes empresas multinacionais do agronegócio.

Assim, a luta pela terra e pelo acesso a outros recursos produtivos não assume apenas a dimensão mais visível das lutas camponesas. Ela se processa igualmente em um nível menos perceptível, por outras formas de resistência que dizem respeito às estratégias implementadas pelos camponeses para trabalhar, mesmo em condições tão adversas, e assegurar a reprodução da família. Essa dimensão tem, de fato, menor reconhecimento pela sociedade e mesmo na academia. (FERNANDES; MEDEIROS; PAULILO, 2009, p. 15-16)

As propostas de compra de terras feitas pela *Del Monte* e demais empresas aos pequenos agricultores, em sua grande maioria, foram efetuadas de forma agressiva e autoritária. Em geral, subestimaram diante dos camponeses o valor da terra, desvalorizando-a, sem respeito algum para com os agricultores da região. Foi o caso do senhor João de Deus da Fonseca, segundo o qual, a proposta foi feita por um funcionário da *Del Monte*, apontando para os dois lados da propriedade: “O senhor sabia que a gente compremo ali, compremo ali? Sabia que o senhor vai ter que vender isso aqui? Porque a gente vamo emendar (...).”

Essa situação de desrespeito se repetiu também para com os demais agricultores. Na visão do senhor Chagas, que tinha conhecimento da situação das propostas feitas a outros agricultores, os compradores faziam sempre propostas pequenas, “menosprezando a inteligência do agricultor e a

consciência do valor de sua própria terra”. Era evidente o interesse capitalista da situação aqui posta, já que as empresas não estavam preocupadas com os resultados de suas ações sobre os proprietários ou a comunidade circunvizinha, somente visando o lucro.

Segundo o senhor Francisco, filho do senhor Bebel, essas empresas se instalaram na região pois sabiam da existência de água em abundância que poderiam utilizar na irrigação de suas plantações. Já o senhor Chagas tinha uma percepção muito mais ampla e para ele essas empresas pretendiam explorar tudo o que pudessem, a terra fértil, a água e a falta de fiscalização da cidade sobre suas ações, assim poderiam atuar sem se preocupar com as consequências.

Em resposta à segunda pergunta, os entrevistados deram três motivos principais pelos quais decidiram por não vender suas terras. Segundo eles, estes seriam a relação de afetividade que tinha para com suas propriedades, a falta de perspectivas profissionais depois da concretização da venda e, por fim, no caso dos mais velhos o medo de voltarem a trabalhar como subordinados a outras pessoas.

Quanto à relação de afetividade homem-terra, podemos dizer que esta pode ser justificada pela teoria do Apego ao Lugar, concebida inicialmente na psicologia ambiental, e definido como um vínculo afetivo ou ligação entre pessoas e lugares específicos (HIDALGO; HERNANDEZ, 2001). A terra é o berço de praticamente todas as relações humanas do homem do campo, muitas vezes seu trabalho de dá a poucos quilômetros de casa e as relações de trabalho se misturam com as familiares, tendo a terra como um forte elo de ligação.

A terra é considerada a base material da existência da família, seja pela fixação desta no lugar, seja pela possibilidade de sua reprodução social advinda da comercialização de algum produto e pelo autoconsumo, pela liberdade de não ter patrão, de não ser assalariado. (ALVES, 2004, p. 209)

Além disso, na ampla maioria das vezes, eventos como casamento, nascimento e crescimento dos filhos, que são momentos importantes da história da família, têm como palco a terra em que vivem e da qual não querem se desfazer. Esse é o caso do Senhor João de Deus e seu filho Francisco. O primeiro criou seus filhos no mesmo local onde trabalha e luta pelo sustento da família, e o segundo cresceu nessa terra e hoje segue os passos do pai. Já no caso de Jonas, outro entrevistado, a terra é uma das maiores lembranças de seu pai, que faleceu no ano passado, e hoje todos os filhos homens trabalham e vivem dessa terra.

Outra justificativa que os resistentes atribuem à sua permanência nas terras é o medo de não ter com o que trabalhar em caso de venda. Percebemos que os agricultores não enxergam somente o presente, mas possuem uma perspectiva de futuro. Eles têm consciência de que o dinheiro da venda

não duraria para a vida toda, diferente da terra, que, se bem cuidada, sustentaria a família por várias gerações.

A insegurança dos agricultores quanto às perspectivas profissionais pós-venda pode ser justificada pelo fato de que eles não têm experiência com nenhum outro tipo de atividade, já que a maioria trabalhou somente na agricultura durante a maior parte de suas vidas. Dificilmente conseguiriam se encaixar no mercado de trabalho, pois além de não ter experiência, muitas vezes são analfabetos e/ou já atingiram uma idade avançada, o que os torna pouco atraentes no ponto de vista do contratante. Conforme o relato do Senhor Francisco, filho do resistente Senhor Bebel “A gente nasceu e se criou aqui. Nós todos vivemos da propriedade. Então a gente vai vender a propriedade pra viver de que, meu patrão?”

Como já foi dito anteriormente, esses agricultores viveram e trabalham sua vida toda no campo, e em sua maioria, foi com muito esforço que conseguiram juntar dinheiro para comprar um pedaço de terra. Ser autônomo e trabalhar no que lhes pertence é o maior orgulho de suas vidas. Por isso não lhes parece uma ideia agradável trabalhar para outras pessoas, ter um misero salário, sem receber os devidos créditos por seu trabalho duro. Segundo o entrevistado Francisco, trabalhando para outras pessoas, como um subordinado, não se consegue construir nada na vida. Segundo suas palavras: “Propriedade se compra, não se vende”.

Ao analisar essa frase, observamos que na visão deste agricultor, o melhor a se fazer é sempre procurar comprar mais lotes de terra, pois assim se prospera na vida. Vendendo o que se tem, se destrói facilmente o que demorou tantos anos para ser construído.

Conclusões

Esta pesquisa demonstrou que, apesar do avanço das multinacionais em várias regiões do Brasil, e em especial no Vale do Açu, a agricultura familiar tem sido capaz de resistir, sustentada em parte por uma relação de afeto entre o homem e a terra. Não podemos deixar de destacar que essa resistência da agricultura familiar é extremamente importante para a população brasileira, já que é deste setor que vem a maior parte dos alimentos consumidos no país, visto que as grandes empresas ligadas ao agronegócio voltam seus produtos especialmente para o mercado externo.

A instalação dessas empresas no Brasil, e sobretudo na região do vale do Açu, espaço de nossa pesquisa, afeta a realidade econômica, social e cultural local, na medida em que substitui práticas agrícolas e produtos tradicionais da região, com a introdução de tecnologias, defensivos, fertilizantes e também culturas que muitas vezes não estavam na esfera de produção local.

Sob a justificativa do progresso, modernização da produção e geração de emprego e renda para a população, observamos que a implantação destas empresas trouxe impactos negativos para a vida e a produção dos pequenos agricultores da região. No entanto, alguns destes não se deixaram abater e lutaram pelo direito de ter e manter suas terras e sua produção.

Através das respostas dos entrevistados foi possível averiguar a consciência que têm do valor e dos valores ligados às suas terras, bem como das dificuldades que enfrentariam caso sucumbissem às propostas de vendas, muitas vezes observando exemplos dos que se desfizeram de suas propriedades na região.

Dessa forma percebemos que uma importante diferença entre o pequeno agricultor e as grandes multinacionais do agronegócio está na sua ligação com a terra. Isso influencia diretamente na forma como cada um cuida de suas propriedades. Enquanto o agricultor vê a terra como uma parte importante de sua história de vida, cuidando dela como um bem de longa duração, as grandes multinacionais a vêem como mais uma fábrica a ser explorada até o último recurso, enxergando apenas o presente e fazendo uso indiscriminado da terra sem se preocupar com o futuro.

Através da observação dos exemplos de luta diária por seu sustento e da sua família, em meio a tantas adversidades, podemos perceber na resistência destes pequenos agricultores a força da agricultura familiar e sua importância para a economia local, regional e nacional.

Concluimos com a certeza de que se fossem oferecidas medidas governamentais adequadas e políticas públicas eficientes, baseadas em concessão de créditos e apoio técnico, a agricultura familiar poderia alcançar ser ampliada, bem como poderia cumprir uma função social mais consistente e ampla. No entanto, as esferas governamentais têm priorizado o apoio a setores e grupos empresariais abastados, muitas vezes estrangeiros, deixando de cuidar de seu povo, contribuindo para perpetuar a visão de “uma vez colônia, sempre colônia”.

Fomento

Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Referências

ALBANO, G.P. **Globalização da Agricultura e concentração fundiária no município de Ipangaçu-RN**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

ALBANO, G.P.; SÁ, A.J. **Globalização Da Agricultura: Multinacionais No Campo Brasileiro**. Revista de Geografia (UFPE) V. 28, No. 1, 2011.

ALVES, Jose. **A Dinâmica agrária do município de Ortigueira(PR) e a reprodução social dos produtores familiares**: uma análise das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica. 2004. 316 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/92840>>.

FERNANDES, B. M; MEDEIROS, L. S; PAULILO, M. I. **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas- A diversidade das formas das lutas no campo. Volume 2. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 15-16

GASQUES, J.G; REZENDE, G.C; VERDE, C.M.V; SALERNO, M.S; CONCEIÇÃO, J.C.P.R; CARVALHO, J.C.S. **Desempenho e Crescimento Do Agronegócio No Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2004, p.08.

GODOY, A.S. **Pesquisa Qualitativa Tipos Fundamentais**. Revista de Administração de Empresas São Paulo, v. 35, n.3. P, 20-29 Mai./Jun. 1995.

HIDALGO, M.C; HERNÁNDEZ, B. **Place Attachment**: Conceptual And Empirical Questions. *Journal of Environmental Psychology* Volume 21, Issue 3, 2001, p. 273-281.

KUCINSKI, Bernardo. **O Que São Multinacionais**. 14 ed. Brasília: Editora Brasiliense, 1981.

LOURENÇO, J.C; LIMA, C.E.B. Evolução Do Agronegócio Brasileiro, Desafios e Perspectivas. In **Revista acadêmica de economia** – Observatório de la Economía Latinoamericana. Disponível em <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/09/clbl.htm>>, acesso 13 jul. 2017.

MANZINI, E.J. **Entrevista semi-estruturada**: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. Anais... Bauru: USC, 2004. CD-ROOM. ISBN:85-98623-01-6. 10p.

MOREIRA, E.V; HESPANHOL, R.A.M. **O Lugar Como Uma Construção Social**. Revista Formação, nº14 volume 2, 2007 – p. 58.

NOVAES, L. N; MOREIRA, B.C.R; OLIVEIRA, L; TALAMINI, E; VIANA, J.J.S. **Análise Dos Fatores Críticos De Sucesso Do Agronegócio Brasileiro**. Economia e Gestão no Agronegócio. UFGD, DOURADOS - MS - BRASIL.

OLIVEIRA JR, P.H.B. **Notas Sobre a História da Agricultura Através do Tempo**. Projeto tecnologias alternativas- FASE. RJ/ 1989. p. 05-06.

RUBINSTEIN, R.I; PARMELEE, P.A. **Attachment to Place and the Representation of the Life Course by the Elderly. Place Attachment**. Volume 12 of the series Human Behavior and Environment - 1992.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Trad. Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTORO, M.A.G. **Análise Da Relação Entre Apego Ao Lugar, Satisfação E Fidelidade Dos Visitantes Em Destinos Turísticos Ambientais**: Um Estudo Em Fernando De Noronha/Pe. Natal: Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte, Centro De Ciências Sociais, 2014. p. 32.



SILVA, A.G. da. **A Parceria na agricultura irrigada no Baixo Açu.** Natal: CCHLA, 1992.

VIEIRA, J.C.S.F; ROHDEN, S.F; GAVRONSK, I. **Multinacionais No Brasil: Uma Visão Dinâmica Da Motivação Na Decisão De Offshore.** Revista de de Administração da UNIMEP. v. 12, n.1, Janeiro /Abril - 2014. p. 67 e 68.